

## UMA BREVE VIAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS INSTITUIÇÕES EM ALGUNS PERÍODOS

A brief journey in early child education and its institutions in various periods

Un viaje corto en la educación infantil y sus instituciones en algunas etapas

Maria Ângela Costa Mota – UNIMONTES\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo principal analisar conceitos de educação infantil e suas instituições em alguns períodos. As discussões e resultados foram apresentados na perspectiva de diferentes autores, conceitos, definições, características e procedimentos que possibilitam a adequada compreensão sobre os conceitos de educação infantil e suas instituições. Apurou-se que a Educação Infantil é uma etapa da educação. Sendo assim, a criança necessita estar no centro do processo educativo, num ambiente acolhedor, adequado, adaptado às suas peculiaridades. Estes profissionais devem acompanhá-la e estar diretamente comprometidos com as suas necessidades e os seus interesses.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Infância. Instituições de Educação Infantil.

**Abstract:** The main objective of this article is to analyze concepts of early childhood education and its institutions in some periods. The discussions and results were presented from the perspective of different authors, concepts, definitions, characteristics and procedures that enable an adequate understanding of the concepts of early childhood education and its institutions. It was found that Early Childhood Education is a stage of education. Therefore, the child needs to be at the center of the educational process, in a welcoming, appropriate environment, adapted to their peculiarities. These professionals must accompany you and be directly committed to your needs and interests.

**Keywords:** Early Childhood Education. Childhood. Early Childhood Education Institutions.

**Resumen:** El objetivo principal de este artículo es analizar conceptos de educación infantil y sus instituciones en algunas épocas. Las discusiones y resultados fueron presentados desde la perspectiva de diferentes autores, conceptos, definiciones, características y procedimientos que posibilitan una comprensión adecuada de los conceptos de educación infantil y sus instituciones. Se encontró que la Educación Infantil es una etapa de la educación. Por ello, el niño necesita estar en el centro del proceso educativo, en un ambiente acogedor, adecuado y adaptado a sus peculiaridades. Estos profesionales deben acompañarte y comprometerse directamente con tus necesidades e intereses.

**Palabras clave:** Educación Infantil. Infancia. Instituciones de educación infantil.

### INTRODUÇÃO

O direito à Educação Infantil (EI) no Brasil, ainda é um campo em construção mesmo com tentativas de flexibilização conceitual. Contudo, é necessário elucidar as indefinições de fontes de financiamentos, crianças fazendo vendas de produtos nas praias, ruas e sinais porque os responsáveis

---

\*Doctora en Humanidades y Artes con mención en Ciencias de la Educación - UNR, com apostila em Educação: Conhecimento e Inclusão Social – UFMG. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais – Unimontes – MG. E-mail [angelacmota@gmail.com](mailto:angelacmota@gmail.com).

não têm consciência que seu lugar é na escola; crianças confinadas em espaços institucionais extra domésticos, creches e pré-escolas, sem inventividade; educadores e equipes de profissionais sem qualificação.

Nessa discussão demonstra-se que as Instituições de Educação Infantil (IEI) são construções sociais e dependem de valores concebidos de como se cuida e educa crianças longe da família e de que forma é visto o dever do poder público ou do Estado nessa etapa de educação.

Diante disso, buscamos resposta para o questionamento: “quais os conceitos de educação infantil que adotamos até então e quais os formatos de suas instituições”? Com a intensão de responder o questionamento acima elencamos como objetivo geral analisar conceitos de educação infantil e suas instituições em alguns períodos e como objetivos específicos avaliar de que forma as pessoas compreendem a educação infantil, levando em conta conceitos historicamente construídos; discutir alguns documentos que oficializam a educação infantil no Brasil e verificar de que forma a discussão sobre as IEI têm se construídos socialmente e se sua dependência se destina ao cuidado e educação das crianças.

Os dados obtidos na investigação foram utilizados através de análises descritivas visando estabelecer um quadro compreensivo do problema em exposição. Para esta prática de investigação os referencias bibliográficos são de suma importância. Uma vez que, a pesquisa bibliográfica abrange todo material escrito já tornado público em relação ao tema de estudo (Lakatos; Marconi, 2007).

Desta forma, a pesquisa se torna um material rico e interessante para os leitores que além de ampliar seus conhecimentos, ajuda também no levantamento dos dados e informações.

Nesta abordagem, buscou-se o aprofundamento dos determinados contextos históricos para construir um fenômeno de caráter educativo e social na qual a investigação requer. Isto ocorre no intuito de adquirir os dados descritivos que por consequência trará êxito ao processo investigatório.

Para tanto, a investigação foi de caráter exploratório, pois trouxe mais informações sobre o objeto de estudo, visando compreender, desenvolver e modificar concepções e ideias em abordagens posteriores. Ela será descritiva nas situações observadas do objeto de investigação que vem a ser modificações curriculares e didáticas que devem abordar um docente da Educação Infantil diante das adequações curriculares que caracterizam sua prática educativa

Nessa lógica, a interpretação dos resultados surge com a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno em um contexto. Portanto, foi consistente realizar toda investigação com suporte em bases bibliográficas, com intuito de alcançar os objetivos propostos.

## DESENVOLVIMENTO

O documento oficial que iniciou de forma consistente o direito da criança à creche e à pré-escola foi a Constituição Federal de 1988 (Art. 227), com este documento o Brasil inaugura o direito das crianças brasileiras à Educação Infantil. As creches e pré-escolas passam a representar um direito das crianças de forma geral, sem restrições (Brasil, 1988).

Em seguida o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, proclamado e, em seguida, num documento muito importante que rege o nosso sistema educacional: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). A LDB define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica brasileira (Brasil, 1996).

O art. 29 explicita que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

As creches e pré-escolas, após um grande período pertencendo a diferentes áreas quais foram trabalhistas, previdenciária, assistencialista e tantas outras passaram categoricamente para a cargo da educação.

A Educação Infantil é um lugar onde a criança faz descobertas e amplia suas experiências individuais, culturais, socioeducativo, através da inclusão da criança em âmbitos diferentes do familiar. Um espaço que estimula o desenvolvimento da criança, respeitando suas peculiaridades, com os contextos sociais e culturais que a envolvem através das inúmeras experiências que esta deve ter a oportunidade de estimular a aprendizagem.

Com objetivo assistencialista, o atendimento às crianças em creche surgiu com a intenção de atender crianças da classe popular a fim de resolver problemas ligados à sobrevivência delas. Com o objetivo ainda de desenvolver aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, este conceito vem mudando e hoje percebemos a Educação Infantil – (EI) tem uma nova roupagem.

A EI é vista também como parte de uma política social mais ampla, além de ser um campo de desempenho específico e de informação, uma vez que nasce como parte de um sistema maior de apoio para promover o bem-estar das crianças e das famílias. É um espaço de trabalho para as mulheres, inclusive; é um espaço de lutas por valores que norteiam a organização das leis e de lutas por vários significados.

A experiência das creches domiciliares, chamadas também de “programa de mães crecheiras” em muitos municípios do Brasil atendem a crianças de 0 a 5 anos e esse atendimento é feito em casas de terceiros sem observar as orientações educacionais constituídos para essa área de acolhimento. Muitas críticas são apontadas a esse respeito, pois é considerada como modalidade de EI ou como instituição semelhante à creche.

Instituições internacionais que são influentes na formulação de políticas públicas educacionais para os países do terceiro mundo promulgam uma conceituação maleável de EI para esses países e protegem os modelos não formais ou alternativos de atendimento para as crianças de 0 a 5 anos.

Para justificar a flexibilização da EI, considera-se que os países pobres não possuem condições financeiras para o desenvolvimento de programas com o padrão de países do primeiro mundo e, com isso seria viável adotar alternativas e modelos informais com o uso de espaços improvisados nas comunidades pobres que envolvem as mães na educação e cuidado com as crianças menores. Abrindo mão, inclusive, dos padrões educacionais indicados para crianças desta faixa etária.

Pensa-se na EI como uma forma de assistência, preparação, educação fomentando as contribuições para a construção de um ideário de escola para as crianças pequenas, buscou essas contribuições em ideias de alguns autores dentro do contexto histórico.

Comênio (1592- 1670): em 1637, instituiu um nível de escola de maternal onde os materiais áudio visuais como livro de imagens deviam ser utilizados para educar as crianças. Para ele a condição inicial de ensino era “colo da mãe”, em sua ansiedade para formar as crianças de 0 a 6 anos. Comênio adotou a ideia de “jardim de infância” como arvorezinhas pintadas que ao serem regadas simbolizavam a educação das crianças (Oliveira, 2002).

Ainda conforme Oliveira (2002), comenta que, Comênio assegura que “o cultivo dos sentidos e da imaginação antecedia o desenvolvimento do lado racional da criança. Impressões sensoriais advindas da experiência com manejo de objetos seriam internalizados e futuramente interpretados pela razão”. Evidenciando desse modo os propósitos de desenvolvimento do raciocínio lógico e do espírito científico, que implicaria na formação do homem religioso, social, político, racional, afetivo e moral.

Para Rousseau (1712 – 1778), a infância não era apenas um período de elaboração para a vida adulta e sim, tinha apego em si mesmo. E, não era cômodo à prática familiar de delegar a educação aos pais e o destaque da mãe como responsável natural pela educação dos filhos menores (Oliveira, 2002).

Nesse contexto, Gadoti (1995), pontua que a educação não devia ter por objetivo a preparação da criança com vista ao futuro nem a modelação dela para determinados fins: devia ser a própria vida da criança. Mostra-se, portanto, contrário à educação precoce. Era preciso ter em conta a criança, não só porque ela é o objeto da educação – o que a pedagogia da essência também se dispunha a fazer – mas porque a criança representa a própria fonte da educação.

Contudo, Pestalozzi (1746 – 1827) defendia que a força essencial da educação se localizava na bondade e no amor, concebia as crianças aprendendo coisas e não palavras ainda. Contestava o intelectualismo exacerbado da época, se aproximando bastante das concepções de Rousseau (Oliveira, 2002).

De acordo com Oliveira (2011), além de muitas outras linguagens orais e de contato com a natureza, adequou procedimentos de ensino ao plano de ampliação dos alunos por intermédio de atividades com músicas, arte, soletração, geografia e aritmética.

Gadoti (1995), afirma que em 1805, fundou o famoso Internato de Yverdon, que durante seus vinte anos de funcionamento foi frequentado por estudantes de todos os países da Europa. O currículo adotado dava ênfase à atividade dos alunos: apresentavam-se no início objetos simples para chegar aos mais complexos; partia-se do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, do particular para o geral. Por isso, as atividades mais estimuladas em Yverdon eram desenho, escrita, canto, educação física, modelagem, cartografia e excursões ao ar livre.

Oliveira (2002) traz discussões de Froebel (1782 – 1852), baseando-se em Pestalozzi, o educador alemão, criou um Kindergarten (Jardim de infância), em 1837. Neste lugar as crianças seriam como sementes irrigadas, cultivadas e divulgadas em condições adequadas em seu ambiente para desabrocharem em clima de amor.

Com base na observação das atividades dos pequenos com jogos e brinquedos, Froebel foi um dos primeiros pedagogos a falar em autoeducação, um conceito que só se difundiria no início do século 20, graças ao movimento da Escola Nova, de Maria Montessori (1870-1952) e Célestin Freinet (1896-1966), entre outros.

Nesse sentido, segundo Ovide Decroly (1871- 1932), que era médico e atendia crianças com deficiência, o trabalho com crianças devia se centrar no intelecto, pois este trabalho era estruturado em três eixos, sendo eles o de: observação, associação e expressão. Defendia também a homogeneização das turmas para que as crianças fossem observadas (Oliveira, 2002).

Maria Montessori (1879 – 1952) era italiana com formação em medicina, ampliou uma metodologia com base nos estudos de Itard e Segun, médicos que propuseram materiais específicos como recursos educacionais. Montessori desenvolveu materiais que tinham funções psicológicas e instrumentos apropriados para educação motora, o sentido e a inteligência. Criou as letras móveis, o ensino da leitura; contadores, como o ábaco para o aprendizado e trato com os números (Oliveira, 2002).

Gadotti (1995), corrobora com a autora acima com suas considerações acerca de Montessori, afirmando que ela propunha despertar a atividade infantil através do estímulo e promover a autoeducação da criança, colocando meios adequados de trabalho à disposição. O educador, portanto, não atuaria diretamente sobre a criança, mas ofereceria meios para a sua auto formatação. Maria Montessori sustentava, que só a criança é educadora da sua personalidade.

Oliveira (2002), recorre à Freinet (1782 – 1852), que por sua vez, fora um educador que renovara as práticas educativas no século XX. Segundo o autor, a criança teria que extrapolar as vivências em sala de aula, buscando as interações do meio no qual estavam inseridos. Fazia visitas em IEI sem ter um contato direto com as crianças pequenas. Muitos entendiam a escola como um espaço de assistência, educação e preparação das crianças.

Freinet afirmava a existência de uma dependência entre a escola e o meio social, de forma a concluir que não existia uma educação ideal, só uma educação de classes. Daí sua opção pela classe trabalhadora e a necessidade de tentar uma experiência renovada do ensino (Gadoti, 1995).

Piaget, Vygostky e Wallon contribuíram com a Psicologia desenvolvendo através teorias da aprendizagem e desenvolvimento na infância. Os autores em questão buscaram revelar a construção a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio, vistas como formas de conhecer e aprender a ser. As teorias sociointeracionistas apontam, portanto, o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico, pois as crianças não estáticas, meras receptoras das informações que estão à sua volta.

Através do contato com seu próprio corpo, com as coisas do seu espaço, bem como através da interação com outras crianças e adultos, as crianças vão ampliando a aptidão afetiva, a sensibilidade e a autoconfiança, a inteligência, o pensamento e a linguagem. A articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma fechada, mas sim de forma simultânea e integrada (Pereira, 2012).

A infância é um período da vida em que o mundo da realidade humana que cerca a criança abre-se cada vez mais para ela. Em toda sua atividade e, sobretudo, em seus jogos, que ultrapassaram agora estreitos limites da manipulação de objetos que a cercam, a criança penetra um mundo mais amplo, assimilando-o de forma eficaz. Ela assimila o mundo objetivo como um mundo de objetos humanos reproduzindo ações humanas com eles. Ela guia um “carro”, aponta uma “pistola”, embora seja realmente impossível andar em seu carro ou atirar com sua arma. Mas neste ponto de seu desenvolvimento isto é irrelevante para ela, porque suas necessidades vitais são satisfeitas pelos adultos, independentemente da produtividade concreta de seus atos (Leontiv, 2001).

As IEI podem ser o que desejamos se refletirem a nossa cultura e as seleções das políticas sociais. Buscam demonstrar o que queremos para a nossa família e as nossas crianças.

As propostas educacionais para EI, atualmente tem seu foco no cuidar e educar, no papel do afeto na relação pedagógica e sobre educar para o desenvolvimento da criança com um ser indivisível.

As IEI devem promover oportunidades de construção de novas práticas educativas, uma vez que, é necessário promover o acesso dos profissionais que atuam nessa etapa de ensino em programas de formação continuada levando sempre em consideração a necessidade de cada um. O professor de EI é o responsável direto pela elaboração diária da história de vida dos pequeninos (alunos), vivenciando uma construção de conhecimento com as crianças, seus familiares e com a comunidade na qual a escola está inserida.

Ao falarmos de Educação Infantil nos remetemos a dois conceitos básicos que dizem respeito ao cuidado e à educação. São dois conceitos distintos que se interagem ao serem colocados em prática diante do trato com a criança na faixa etária adequada.

O cuidar e educar da criança, durante vários séculos, era de responsabilidade da família, concentrada no cuidado da mãe ou de outras mulheres (excetuando o período de educação dos povos primitivos, onde a figura do pai prevalecia na educação da criança). Na Idade Média esse tipo de educação considerava a criança, logo após o desmame, pequeno adulto e, assim, quando “[...] atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para sua interação no meio social” (Oliveira, 2002).

Segundo Ariés (1981) a criança era educada numa rede ampla de sociabilidade. Dessa forma avós, tios e vizinhos tomavam parte na formação da criança, já que essa liberdade era considerada natural entre os pares. Percebemos que a família é a mola formativa da criança neste período.

Criança é um ser integral, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo real e integral. Para cuidar e educar é preciso compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) retrata sobre o “Cuidar e Educar” quando reportamos ao art. 7º. Que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (Brasil, 1990).

Ainda faz uma advertência com relação ao cuidado da criança que:

[...]precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (Brasil, 1998, p.22).

O Cuidado na IEI por sua vez, precisa ser apresentado de forma que desenvolvam na criança seus aspectos afetivos, relacionais, biológicos, alimentares e referentes à saúde. O contexto sociocultural aparece como determinante nas construções humanas e nas necessidades básicas de sobrevivência, diferentes em cada cultura, com isso, o papel de cuidar da criança busca a necessidade de envolvimento e comprometimento do professor com a criança em todos os seus aspectos, e a compreensão sobre o que ela sente e pensa o que traz consigo a sua trajetória de vida e seus anseios.

A EI perpassa todas as considerações acima, uma vez que; envolvem questões amplas ligadas ao orçamento, valorização dos profissionais da área, políticas públicas vigentes e padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – (RCNEI), contempla:

o atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceu com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto (Brasil, 1998, p.16).

As IEI se tornam importantes à medida que incorporam

[...] de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as demais idades. A EI, deve se manter associada a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia da criança. *A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (Brasil, 1998, p.23).*

Para as crianças da EI são oferecidas

[...] condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e àquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. Entretanto, essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. O desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis, [...] é oferecido pela EI (Brasil, 1998,23).

Sobre o processo educativo na EI, o RCNEI em Brasil (1998), pontua que é concretizado de várias formas: através da família, na rua, nos grupos sociais e, também, na escola. O educar, nessa etapa da vida, não pode ser confundido com cuidar, ainda que crianças (principalmente as de zero a 18 meses) precisem de cuidados elementares para garantia da própria sobrevivência.

Para educar, faz-se necessário que o educador crie situações significativas de aprendizagem, se quiser alcançar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas, mas é, sobretudo, fundamental que a formação da criança seja vista como um ato inacabado, sempre sujeito a novas inserções, a novos recuos, a novas tentativas. O cuidar e educar na EI envolve pesquisa, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor de todos os responsáveis pelo processo, que se mostra dinâmico e em constante evolução.

As IEI são o espaço de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. A instituição deve ser pensada não como instituição substituta da família, mas como ambiente de socialização diferente do familiar. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças, que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas, constituindo-se como sujeito de direito e atuante no mundo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), afirmam que as IEI deverão buscar propostas pedagógicas que denotem condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempo, assegurando o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças; a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência (Brasil, 2010).

Ao se relacionar com outras pessoas não se difere se é educador e educando, pois se ensina e aprende-se trocando experiências e pratica-se o cuidar e o educar nas mais diversas atividades rotineiras. As crianças pequenas ainda estão desvendando o mundo, tudo é novo, deve ser trabalhado e aprendido, não são independentes e autônomas para os próprios cuidados pessoais, precisam ser ajudadas e orientadas a construir hábitos e atitudes corretas, estimuladas na fala e aprimoradas em seu vocabulário.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dá um pulo histórico ao reconhecer a Educação Infantil como uma fase eficaz e situar direitos de aprendizagem para crianças de 0 a 5 anos. O documento também inova ao reconhecer essa etapa da Educação Básica como fundamental para a construção da identidade e da subjetividade da criança Brasil (2018).

Com isso, a BNCC de Educação Infantil, segundo Brasil (2018), mostra que ela constitui seis direitos de aprendizagem para as crianças. O docente necessita sempre tê-los em mente para garantir que os conhecimentos propostos permaneçam de acordo com os aspectos considerados fundamentais no processo.

De acordo com Brasil (2018), são:

- Ao trabalhar com conviver, ampliando conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- brincar, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana;
- explorar, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia;
- expressar como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões;
- conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p.38).

Crianças bem pequenas é necessário conhecer suas prioridades e necessidades. Isto é, saber verdadeiramente quem são e identificar um pouco da história de cada uma, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontra, além de considerar o tempo que permanecem na escola. Isto facilita a compreensão de quais são as reais habilidades e capacidades dessas crianças, uma vez que, nesta fase inicial é a alavanca para uma vida social mais ampla e complexa, longe da vida familiar da criança.

E, logicamente assegurar que tenham um espaço adequado para passarem a maior parte do seu dia; que por consequência, são as IEI.

### CONCLUSÃO

O bom relacionamento entre família, escola e criança deve ser fundamental durante o processo de inserção da criança na vida escolar, além de representar a ação conjunta rumo à consolidação de uma pedagogia voltada para a infância. Separar o que é dever dos pais e o que é dever do educador pode significar a perda de certos momentos de formação e aperfeiçoamento do indivíduo que, em alguns casos, poderão jamais ser vivenciados novamente e acarretar danos em sua vida para sempre. O cuidar e educar são fatores indispensáveis na construção do conhecimento da criança e na formação da sua conduta para a vida futura, como adulto.

A questão geradora da pesquisa “quais os conceitos de educação infantil que adotamos até então e quais os formatos de suas instituições”? Foi respondida pois, foi feito um apanhado ao longo da história sobre as definições de educação infantil e as peculiaridades de IEI; baseando-se nos aportes bibliográficos discutidos pelos autores estudados.

Dessa forma, todos os objetivos perseguidos foram alcançados, uma vez que, foi feita uma análise sobre os principais conceitos de educação infantil e suas instituições. de que forma as pessoas compreendem a educação infantil levando em conta conceitos historicamente construídos; foi possível discutir questões relevantes de documentos que oficializam a educação infantil no Brasil, especialmente a BNCC que traz discussões fundamentais acerca do referido tema.

Também, verificou-se de que forma a discussão sobre as IEI tem se construídos socialmente e sua dependência dependem dos concebidos que se destina ao cuidado e educação dessas crianças.

A pesquisa aponta a Educação Infantil é uma etapa da educação em que a criança necessita estar no centro do processo educativo, num ambiente acolhedor, adaptado e adequado às suas peculiaridades e com profissionais que a acompanha estejam diretamente comprometidos com as suas necessidades e os interesses.

### REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei N° 8.069, de 13 De julho de 1990*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 28/12/2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 1v. e 3v.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação Infantil. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em: 28 dez. 2023.

GADOTTI, M. *Pedagogia da práxis*. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos e Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas 2003 e 2007.

OLIVEIRA, Z. R. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, C. L. *Piaget, Vygotsky e Wallon: Contribuições para os Estudos da Linguagem. Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 17, n. 2, p. 277-286, abr./jun. 2012, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/cCJFjNvskmjZPc5Mrz8Xvch/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27/12/2013.

Recebido em: 10.01.2024

Aprovado em 10.04.2024